

Mediação da informação e acessibilidade: a função social do profissional da informação para a inclusão e reconhecimento político das diferenças

Ana Paula Meneses Alves (Unesp) - anameneses@fclar.unesp.br

Uilian Donizeti Vigentim (UNESP) - uilian@fclar.unesp.br

Resumo:

O papel do profissional da Ciência da Informação, perante comunidades que experimentam diversas formas de exclusão, é mediar a informação ao delinear um caminho para a inclusão social. É por observar que esta função e este papel que optamos para tratar da responsabilidade social do profissional da informação na inclusão de pessoas com deficiência a partir do conceito de mediação da informação, como toda ação de interferência em prol da satisfação de uma necessidade informacional. Para demonstrar tais considerações relataremos brevemente alguns aspectos teóricos sobre mediação da informação, acessibilidade, inclusão e deficiência.

Palavras-chave: *Mediação da informação. Acessibilidade. Inclusão. Deficiência*

Área temática: *Temática III: Bibliotecas, serviços de informação & sustentabilidade*

**Mediação da informação e acessibilidade:
a função social do profissional da informação para a inclusão e
reconhecimento político das diferenças**

Resumo: O papel do profissional da Ciência da Informação, perante comunidades que experimentam diversas formas de exclusão, é *mediar* a informação ao delinear um caminho para a inclusão social. E é por observar que esta função e este papel que optamos para tratar da responsabilidade social do profissional da informação na inclusão de pessoas com deficiência a partir do conceito de mediação da informação, como toda ação de interferência em prol da satisfação de uma necessidade informacional. Para demonstrar tais considerações relataremos brevemente alguns aspectos teóricos sobre mediação da informação, acessibilidade, inclusão e deficiência.

Palavras-chave: Mediação da informação. Acessibilidade. Inclusão. Deficiência.

Área Temática: Selecionar uma dentre as áreas temáticas do Congresso.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos tempos de grandes mudanças em um ambiente sócio-profissional e educacional transformado por vários aspectos contemporâneos. O excesso de informação, o encurtamento de distâncias, a multiplicidade de oportunidades e demandas resultam em novos paradigmas e novas posturas no âmbito das organizações, instituições de ensino e indivíduos.

Conforme Freire (2001), o papel do profissional da Ciência da Informação, perante comunidades que experimentam diversas formas de exclusão, é *disseminar* a informação ao delinear um caminho para a inclusão social.

E é por observar que esta função e este papel vão além do conceito tradicional de disseminação da informação¹ é que optamos para tratar da responsabilidade social do profissional da informação na inclusão de pessoas com deficiência a partir do conceito de mediação da informação, como toda ação de interferência em prol da satisfação de uma necessidade informacional.

A partir deste viés consideramos que a mediação da informação é também a ação concreta para promover a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito dos equipamentos informacionais. Para demonstrar tais considerações relataremos

¹ Segundo Almeida Júnior (2008, p.43) “[...] o conceito de disseminação ainda é entendido como mero acesso físico ao documento e outros termos surgidos deixam ainda mais clara essa relação: disponibilizar, oferecer veicular, divulgar, etc.”

brevemente alguns aspectos teóricos sobre mediação da informação, acessibilidade, inclusão e deficiência.

2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Segundo Marco de Almeida (2008), para as Ciências Sociais, de modo geral, a noção de mediação está ligada a ação, situada e analisada segundo a vida pública e fundamentada por meio da comunicação. Segundo o autor, as ações são as conexões estabelecidas entre as ações sociais e as motivações (individuais e/ou coletivas). O autor também chama atenção para um dos sentidos de senso comum ponderado por Davalon (2003): a ideia de que mediação é a ação de servir de intermediário ou de ser o que serve de intermediário. Sentido idêntico ao identificado por Almeida Júnior (2009) com a constatação da ideia de ponte: a mediação, segundo o senso comum dos profissionais da área, permite, assim como a ponte, a relação entre dois pontos que, de certa forma, podem/estão impedidos de interagir por algum obstáculo ou empecilho.

Almeida Júnior (2009), logo apresenta o porquê esta noção é inapropriada: trata-se de algo estático, sem interferência, de algo que leva alguma coisa de um ponto a outro.

E com base nestas concepções que o autor define mediação da informação como sendo:

[...] toda a ação de interferência – realizada pelo profissional da informação – direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação da informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p.46).

Dada esta conceituação observamos que trata-se de uma ação relacionada a todas as atividades do fazer do profissional da informação, inerente ao seu próprio objeto e como afirma o estudioso, o seu REAL objeto: “Muitas são as áreas que tem a informação como seu objeto de estudo, de análise, de preocupação. O que diferencia a área da Ciência da Informação das outras áreas que lidam, também, com a informação, seria o fato de que o objeto da Ciência da Informação não é a informação em si, mas a mediação dela.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p.46).

Segundo Marco Almeida (2008) a compreensão de mediação envolve ideias diferentes entre si, que abordam desde as concepções tradicionais de atendimento ao usuário, perpassando pela atividade de agente cultural até a construção de

produtos destinados a induzir o público a determinado universo de informações e vivências.

Três conceitos são importantes para completar esta discussão e entender melhor o conceito de mediação da informação: mediação implícita e explícita, neutralidade e interferência.

A mediação implícita acontece em espaços - dentro dos equipamentos informacionais - nos quais não há a presença física e imediata de usuário, locais estes onde normalmente são desenvolvidas atividades de seleção, armazenamento e processamento técnico da informação. Já a mediação explícita, ocorre em espaços onde é imprescindível a presença do usuário, seja esta presença física (presencial) ou remota (como em acessos à distância). A questão da mediação implícita e explícita é melhor explicada por Almeida Júnior (2009, p.93) na observação descrita a seguir:

[...] Além das ideias já salientadas, estamos sendo levados a dividir o que chamamos de mediação implícita em dois momentos: um explícito e outro implícito. O primeiro compreenderia as ações desenvolvidas de maneira consciente e tendo como base os conhecimentos que dominamos e exteriorizamos com razoável controle. O segundo abarcaria as ações que deixam transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle e que se imbrica com os conhecimentos conscientes. Toda ação se constitui da junção desses conhecimentos amalgamando a mediação da informação com ações controláveis e não controláveis. A mediação explícita-explícita e a mediação explícita-implícita – por falta ainda de denominações melhores – impediriam o controle do sujeito mediador, criando condições para a interferência – como veremos a seguir – possa se tornar, mesmo que contrariando intenções, em manipulação.

Já a noção de neutralidade também é rebatida pelo autor. Almeida Júnior (2009) reafirma que a mediação da informação é um processo histórico-social, dada a esta condição, a ideia de neutralidade é totalmente inapropriada, pois não se trata de um momento dissociado do tempo, espaço e do entorno e contexto social, político, econômico e cultural dos atores envolvidos. Sendo assim, mediação da informação sofre influência deste entorno e, mais do que isso, pode e deve ser caracterizada como uma interferência.

Sanches e Rio (2010), seguindo a linha de Almeida Júnior, também reforçam que as atividades de interferência vão além da relação usuário/informação, passando por todas as atividades do fazer biblioteconômico. Bicheri (2008, p.93) também reitera esta discussão:

Mediação envolve a ação de quem intercede, interfere por algo e por outro; implicando em vários caminhos, opções e escolhas. Constatamos que na mediação alguém está entre duas ou mais pessoas/coisas, facilita uma relação, serve de intermediário, sugere algo, sem agir pela pessoa ou lhe impor alguma coisa.

O fazer do profissional da informação, bem como sua relação com a informação em si, são sempre marcados pelas suas concepções, interesses, ideologias. Deste modo não há imparcialidade e nem neutralidade.

A interferência não deve ser negada, mas sim, explicitada, afirmada, tornada consciente para que, criticamente, o profissional possa lidar com ela de maneira a amenizar/minimizar possíveis problemas que dela recorrem. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.94).

Deste modo, a mediação da informação coloca o usuário como o ator central do processo de apropriação. Ela nos permite deixar de lado a concepção de que o usuário é passivo e mero receptor de informações, mas nos permite olhar para o mesmo como quem determina ou não a existência da informação. E ao chegarmos a estes termos, temos a consciência que o papel do profissional da informação, na mediação da informação, ao reconhecer a sua não neutralidade, o valor de sua interferência e o papel determinante e decisivo do usuário como ator central do processo, é imprescindível para delinear seu papel social, sua responsabilidade e conhecimento de que tem em suas mãos um dos instrumentos/insumos de poder da atualidade: a informação. E é exatamente com esta consciência e este poder que permitem a este profissional agir e reagir em prol da mudança de realidades, e em especial promover a inclusão e reconhecimento político das diferenças, temas dos quais trataremos na seção seguinte.

3 ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO, DIFERENÇA E DEFICIÊNCIA

Toda pessoa que dificuldade, deficiência ou mobilidade reduzida, tem seus direitos assegurados por legislações distintas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Brasileira de 1988, a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde e os governos estaduais e municipais apresentam prerrogativas e/ou legislações específicas que tem como objetivo a concretização efetiva da cidadania, permitindo o acesso a todos os direitos que são garantidos a todos os cidadãos, assim como a locais públicos e privados, garantindo-lhes inclusão social, no que concerne: acessibilidade a pessoas com diversidades

funcionais motoras, visuais, auditivas, intelectuais e múltiplas, conforme sua peculiaridade.

Mas, infelizmente, a História pode contar-nos as imensas atrocidades cometidas contra as pessoas com deficiência graças a ignorância, falta de informações e incompreensão. A partir da década de 60 desenvolveram-se, em todo mundo, correntes ideológicas inovadoras com o objetivo de desenvolver uma luta social e política, afim de alcançar a emancipação e os direitos de um coletivo composto por mais de 600 milhões de pessoas que possuem deficiências diversas.

Os autores Palacios e Romañach (2006), por meio da obra *El modelo de la diversidad: la Bioética y los Derechos Humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional*, apresentam que ao longo do tempo é possível distinguir três formas ou modelos de percepção social das pessoas com deficiência e que, em maior ou menor grau, ainda coexistem no tempo presente.

O primeiro modelo, denominado em espanhol pelo termo *prescindencia*, indica que as causas que dão origem a diversidade funcional tem um motivo religioso. Esta primeira percepção declara que as pessoas com essas diferenças são consideradas desnecessárias, objetos de cuidados de caridade, impossibilitadas de contribuir para as necessidades da comunidade. Considera que estas pessoas abrigam as mensagens do mal ou são conseqüência da ira dos deuses, ou em algumas culturas, tão miseráveis, que suas vidas não valem a pena ser vivida.

O segundo modelo é chamado de reabilitação e indica que as causas que dão origem a diversidade funcional tem um motivo científico. A partir desse modelo, as pessoas com deficiência não são mais consideradas inúteis ou desnecessárias, desde que sejam reabilitadas. Deste modo, o principal objetivo perseguido por este modelo é normalização de pessoas com diferenças, mesmo que isso signifique forçar o desaparecimento ou ocultação da diferença que representa a diversidade funcional.

O terceiro modelo, chamado de social, é aquele que acredita que as causas da deficiências não são nem religiosas nem científicas, mas sociais. Este modelo propõe que as pessoas com deficiência podem contribuir para as necessidades da comunidade na mesma medida que outras pessoas sem deficiência, mas sempre a partir do reconhecimento e respeito de sua condição de pessoa diferente. Segundo Palacios e Romañach (2006) este modelo está intimamente relacionado com a

incorporação de certos valores intrínsecos dos direitos humanos, e visa promover o respeito pela dignidade humana, igualdade e liberdade pessoal, promovendo a inclusão social, com base em certos princípios, como: vida independente, não-discriminação, acesso universal, a padronização do ambiente e do diálogo civil, entre outros.

Pelo enfoque médico, em 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou um sistema de classificação de deficiências que objetivava a criação de uma linguagem comum para a pesquisa e a prática clínica, intitulado de “Classificação internacional de deficiências”. Tal publicação gerou inúmeras críticas e polêmicas principalmente pelo conceito de desvantagem, o que provocou um processo de revisão promovido pela própria OMS. Esta revisão deu origem à publicação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Segundo Farias e Buchalla (2005, p.189) para a OMS:

[...] a CID-10 e a CIF são complementares: a informação sobre o diagnóstico acrescido da funcionalidade fornece um quadro mais amplo sobre a saúde do indivíduo ou populações. [...] Segundo esse modelo, a incapacidade é resultante da interação entre a disfunção apresentada pelo indivíduo (seja orgânica e/ou da estrutura do corpo), a limitação de suas atividades e a restrição na participação social, e dos fatores ambientais que podem atuar como facilitadores ou barreiras para o desempenho dessas atividades e da participação.

Um exemplo de conceituação “social” é a levantada pela Organização das Nações Unidas (1975), para qual o termo "pessoas deficientes" refere-se “[...] a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.”

Vem desta linha de pensamento a proposta para o termo "diversidade funcional"². Este termo considera a diferença entre as pessoas e seu papel nos processos de construção social e meio ambiente, sem se pautar na capacidade ou incapacidade do indivíduo e na opressão social, resultado de uma sociedade que não considera homens e mulheres com deficiência. O termo é

² “Diversidade funcional”, do espanhol *diversidad funcional*, é um termo cunhado pelo Fórum da Vida Independente, desde o início de 2005, para designar o que comumente referimos como deficiência, deficiente, incapacidades entre outros termos que podem apresentar um sentido pejorativo. Este termo visa eliminar a negatividade na definição de coletivos e reforçar a sua essência da diversidade (PALACIOS; ROMAÑACH, 2006). O Fórum da Vida Independente é uma comunidade constituída por pessoas de toda a Espanha e mais outros países, que formam um fórum para a reflexão e luta pelos direitos das pessoas com diversidades funcionais.

semanticamente correto e consegue expressar por si só todos os conceitos defendidos pelo movimento e, principalmente, a riqueza existente na diversidade da espécie humana, excluindo a idéia de discriminação. O termo está pautado na dignidade e respeito às diferenças, preservando a autonomia das pessoas com diversidade funcional para decidir sobre sua própria vida, e se concentra na eliminação de qualquer barreira, a fim de proporcionar igualdade de oportunidades adequadas.

Com enfoque mais acadêmico, Humberto Lippo (2012b), em sua revisão acerca da terminologia sobre pessoas com deficiências, ressalta que diferentemente de fatores como etnia e gênero, os padrões de “normalidade” são socialmente construídos, variando em tempo e espaço, e por isso, são concepções socioculturais e históricas. Mas, infelizmente, com o passar dos anos as pessoas com deficiência tem sido rotuladas sempre pelo que as difere e não pelo que as assemelha.

Para sintetizar a discussão sobre terminologia, apresentamos o quadro abaixo, com as principais denominações acerca da questão das pessoas com deficiência, demonstrando que as representações feitas, mesmo quando inconscientes, tem seu impacto.

Quadro 1- Terminologia histórica acerca da questão “deficiência”.

Época	Termos e significados	Valor da pessoa
Primeiros séculos da História	“Os inválidos” O termo significava “indivíduos sem valor”	Aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um peso morto para a sociedade, alguém sem valor profissional.
Século XX até mais ou menos 1960	“Os incapacitados” O termo significava “indivíduos sem capacidade” e mais tarde evoluiu para designar “indivíduos com capacidade residual”	Foi um avanço da sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade residual mesmo que reduzida. Mas, ao mesmo tempo, considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse o tipo, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em todos os aspectos: físico, psicológico, social, profissional, etc.
De mais ou menos 1960 até mais ou menos 1980	“Os defeituosos” O termo significava “indivíduos com deformidade” (principalmente física). “Os deficientes” Este termo significava “indivíduos com deficiência” física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla, que os levava a executar funções básicas da vida de uma forma diferente daquela como as pessoas sem deficiência faziam. “Os excepcionais” O termo significava “indivíduos com deficiência intelectual”	A sociedade passou a utilizar estes três termos, que focalizam as deficiências em si, e reforçam o que as pessoas não conseguiam como a maioria.

De 1981 até mais ou menos 1987	“Pessoas deficientes” Pela primeira vez em todo o mundo, o substantivo “deficientes” passou a ser utilizado como adjetivo, sendo –lhe acrescentado o substantivo “pessoas”.	Foi atribuído o valor “pessoas” àqueles que tinham deficiência, igualando-se em direitos e dignidade à maioria dos membros de qualquer sociedade ou país.
De mais ou menos 1988 até mais ou menos 1993	“Pessoas portadoras de deficiência” Termo que, utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo “pessoas deficientes”. Logo foi reduzido para “portadores de deficiência”.	O “portar uma deficiência” passou a ser valor agregado à pessoa. A deficiência passou a ser um detalhe da pessoa. O termo foi adotado como nome oficial em diversos tipos de legislações pertinentes ao campo das deficiências.
De mais ou menos 1990 até hoje	“Pessoas com necessidades especiais” . O termo surgiu em primeiro lugar para substituir “deficiência” por “necessidades especiais”. Daí a expressão “portadores de necessidades especiais” . Depois este termo passou a ter significado próprio sem substituir o nome “pessoas com deficiência”.	De início “necessidades especiais” representava apenas um novo termo. Depois, com a vigência da Resolução CNE/CEN, n.2, de 11/09/2001, “necessidades especiais” passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas.
De mais ou menos 1990 até hoje	“Pessoas especiais” . Surgiram também expressões como “crianças especiais”, “alunos especiais”, “pacientes especiais” e assim por diante, numa tentativa de amenizar a contundência da palavra “deficientes”. O termo apareceu como uma forma reduzida da expressão “pessoas com necessidades especiais”, constituindo um eufemismo dificilmente aceitável para um segmento populacional.	O adjetivo “especiais” permanece como uma simples palavra, sem agregar valor diferenciado às pessoas com deficiência. O “especial” não é qualitativo exclusivo das pessoas que têm deficiência, pois ele se aplica a qualquer pessoa.
Em junho de 1994	“Pessoas com deficiência” e pessoas sem deficiência, quando tiverem necessidades educacionais especiais e se encontrarem segregadas, têm o direito de fazer parte das escolas inclusivas e da sociedade inclusivas e da sociedade inclusiva.	O valor agregado às pessoas é o de elas fazerem parte do grande segmento dos excluídos que, com o seu poder pessoal exige sua inclusão em todos os aspectos da vida da sociedade. Trata-se do empoderamento .
Em maio de 2002	“Portadores de direitos especiais” Frei Betto escreveu um artigo no jornal O Estado de S. Paulo que propõe o termo “portadores de direitos especiais e a sigla Pode . Alega que o substantivo “deficiente” e o adjetivo “deficientes” encerram o significado de imperfeição enquanto a sigla Pode exprime capacidade. O termo foi considerado contraditório porque as pessoas com deficiência exigem equiparação de direitos e não direitos especiais	Não há valor ser agregado com a adoção deste termo, e mesmo se defendesse direito especiais, o nome “portadores de direitos especiais” não poderia ser exclusivo das pessoas com deficiência, pois qualquer outro grupo vulnerável pode reivindicar direitos especiais.
De mais ou menos 1990 até hoje e além	“Pessoas com deficiência” Passa a ser o termo preferido por um número cada vez maior adeptos e conclamado pelas próprias pessoas com deficiência, no qual as mesmas esclarecem que não são portadoras de deficiência.	Os valores agregados ao termo são: 1.O do empoderamento (uso do poder de fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um); 2.O da responsabilidade de contribuir com seus talentos e poder mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência.

Fonte: Adaptado do quadro de terminologia histórica de Sasaki (1997, p.12-16) reproduzido por Lippo (2012b, p.66-72).

Apresentamos esta breve síntese terminológica exatamente para entender um dos fatores que cerca a questão da deficiência. Adotamos o termo “pessoa com deficiência”, mas é importante frisar que o mais necessário são as mudanças atitudinais, de valores e conhecimentos, rebatendo assim o preconceito, a discriminação e resultando no respeito às diferenças, independente do termo adotado. E para isso é imprescindível mudanças nas condições materiais e simbólicas da vida em sociedade, e a promoção da acessibilidade e da inclusão são dois fatores capazes de tornar a sociedade mais capacitada e apta a reconhecer que as diferenças são alguns dos seus constituintes.

É aí que entra o papel da mediação da informação e do profissional. Acreditamos que por meio da mediação da informação, o profissional poderá exercer sua responsabilidade social, promover e incorporar aos seus fazeres a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência nas suas áreas de atuação, possibilitando assim, aos usuários nestas condições, o contato, a relação e a apropriação da informação, independente da forma como esta será veiculada. econômicas, políticas, sociais e culturais.

Battisti (2010, p.42) apresenta detalhes do conceito de inclusão:

O conceito de inclusão inverte a lógica da integração e prevê que os currículos se adaptem para atender os deficientes, assim como também os espaços sociais devem facilitar o acesso e eliminar barreiras para o trânsito e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência.

A autora aborda que a inclusão supõe um sentimento de pertencimento, uma relação identitária do sujeito com o grupo e com o profissional responsável pela mediação, de tal modo que a tal relação complexa também pode ser estendida ao espaço informacional quando se trata de incluir sujeitos com deficiência.

O sucesso da inclusão depende do empenho das pessoas com e sem deficiência, de mudanças atitudinais, além de todo um contexto físico e social composto de recursos que contribuam para a independência da pessoa com deficiência. Neste sentido fazemos a interface com as questões que envolvem o termo acessibilidade.

Segundo Brumer, Pavel e Mocelin (2004, p.319):

[...] considera-se acessibilidade [...] “a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia” especificamente dos espaços, mobiliários (objetos existentes nas vias e espaços públicos, tais como semáforos, postos de sinalização, cabines telefônicas. Lixeiras) e equipamentos urbanos (componente das obras de urbanização, como pavimentação), das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação.

Lippo (2012a, p.81) ao abordar o conceito de acessibilidade apresenta que:

A acessibilidade, portanto, entendida no sentido de ação constitutiva do todo social, engloba todo o conjunto do espaço construído, incluindo os aspectos da edificação, do urbanismo, das comunicações e do transporte em suas múltiplas interfaces. Espaços ou equipamentos que não proporcionem essas condições são possuidores de barreiras arquitetônicas.

Nesta breve revisão ficou claro, conforme pontuam Torres, Mazzoni e Alves (2002), que “[...] a acessibilidade é um processo dinâmico, associado não só ao desenvolvimento tecnológico, mas principalmente ao desenvolvimento da sociedade.” Atualmente, a expressão acessibilidade representa o direito de acessar informações, o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, ou seja, a acessibilidade representa a qualidade de vida para quem apresenta uma determinada diversidade funcional. Schneider (2012, p.88) completa:

Há, portanto, a necessidade de se compreender o acesso não só nas estruturas físicas, mas também em toda e qualquer forma de comunicação e observância no que se refere aos direitos e deveres tanto de indivíduos quanto da sociedade e das concepções políticas desenvolvidas por parte dos governos e das empresas. Ter acesso é oferecer ao indivíduo a possibilidade de independência e autonomia. Essa deve ser a meta diante da qual os movimentos sociais e a sociedade civil precisam postular.

Atualmente, as tecnologias de informação e comunicação são grandes aliadas dos indivíduos com deficiência e podem ser consideradas a diferença entre o acesso e o não acesso a determinados serviços, produtos e ambientes informacionais promovendo, deste modo, mudança social e autonomia expressiva na vida destas pessoas. Estas quando aplicadas com a intenção de promover autonomia e a inclusão social, são denominadas tecnologias assistivas que atualmente emergem

[...] como uma área do conhecimento e de pesquisa que tem se revelado como um importante horizonte de novas possibilidades para autonomia e inclusão social da pessoa com deficiência. No Brasil, 14,5% da população são pessoas com deficiência – cerca de 27 milhões de brasileiros, segundo o IBGE. A Tecnologia Assistiva, entendida como qualquer recurso, produto ou serviço que favoreça a autonomia, a atividade e a participação dos indivíduos. Pessoas até com graves comprometimentos começam a poder realizar atividades ou desempenhar tarefas que, até bem recentemente, lhes eram inalcançáveis. (GALVÃO FILHO, 2009).

Após entendermos tais conceitos, retomamos agora nossa tese central, ao fazer a relação entre responsabilidade social, mediação da informação, ação do profissional da informação e inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A AÇÃO DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO PARA A ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Diante do exposto, ponderamos que a ação do profissional da informação, por meio da mediação da informação, é um dos meios de promover um melhor acesso a informação, preservando a autonomia das pessoas com deficiência, dignidade e respeito às diferenças e assim proporcionar igualdade de oportunidades a este público.

Observemos esta constatação de Sanches e Rio (2010)

Mediar é construir em conjunto espaços que ative no profissional bibliotecário, agora não mais um profissional passivo, uma postura comprometida com sua classe profissional e com a comunidade a qual atende culminado em um compromisso com a sociedade fazendo que seu ramo de atividade seja reconhecido socialmente por sua importância.

Ao discorrermos sobre o tema, duas abordagens da área de Ciência da Informação foram relevantes para refletirmos as interações entre a mediação da informação e a ação do profissional da informação para a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência. A primeira abordagem se refere aos estudos sobre a dimensão social do conhecimento, neste texto trabalhando a partir do olhar de Suaiden (2007). A segunda abordagem se refere à responsabilidade social da Ciência da Informação, como trabalhado por Freire (2001) e Farias e Freire (2011).

Suaiden (2007, p.23) reafirma em suas constatações que a produtividade e o crescimento econômico, assim como a geração de riquezas e de poder, estruturaram-se socialmente sobre o controle do conhecimento e da informação. Neste contexto, conhecimento e informação precisam ser observados como valores sob a ótica da educação, da economia e da cultura. Segundo o autor é “[...] fundamental identificar a dimensão humana, onde a educação é o cerne da questão; a dimensão tecnológica, onde o fator econômico tem fundamental importância e; a dimensão social, onde a cultura se apresenta como resultado das transformações ocorridas na sociedade.”

Para o autor, ao tratarmos da dimensão social do conhecimento:

[...] estamos identificando um nível de consciência coletiva que exige a melhor distribuição dos saberes e das riquezas geradas pela sociedade. É uma sinalização para a necessidade de diminuir as desigualdades e socializar o bem estar, a qualidade de vida, a cidadania e a dignidade humana. Nesse sentido é necessária uma grande mobilização da sociedade onde cada órgão, instituição, empresa e indivíduo trabalhem pela equidade

social. Dessa forma é possível pensar na construção de uma nova mentalidade que resultará na formação de uma cultura que represente uma sociedade mais justa, baseada na tecnologia, na informação e no conhecimento, solidários. (SUAIDEN, 2007, p. 25).

O texto de Suaiden (2007) evidencia que a dimensão social do conhecimento se manifesta pela integração da sua dimensão humana e tecnológica, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social de toda uma nação. O autor chama a nossa atenção ao afirmar que quando uma sociedade não tem espírito e posicionamento crítico para rebelar-se contra a falta de políticas e estruturas informacionais, a alternativa mais adequada é o apoio decisivo dos profissionais da informação para mudar a situação existente.

Foi ao pensarmos nestas constatações que insistimos no papel de mediador do profissional da informação. E é esta também a nossa ligação com a obra de Isa Maria Freire.

Apesar da autora tratar do tema inclusão digital (FREIRE, 2001; FARIAS; FREIRE, 2011), a forma como a mesma aborda o tema, reflete a sua preocupação com a ideia central de uma responsabilidade social para a Ciência da Informação. Tal ideia tem como objetivo despertar nos profissionais da área a necessidade de pensar, desenvolver modos e meios para inclusão de populações social e economicamente carentes por meio de ações concretas pela cidadania e inclusão social. Em sua abordagem observa-se que a relevância da informação para o desenvolvimento social está no seu potencial de minimizar desigualdades e com isso otimizar as ações vinculadas ao fortalecimento da cidadania. Nesse contexto o indivíduo é levado a desenvolver “[...] uma consciência crítica em relação ao que é apresentado, ao analisar a relevância disso para suas necessidades, ao assumir posturas pró-ativas de busca e uso da informação e ao estabelecer relações entre as informações processadas, para então produzir conhecimento.” (FARIAS; FREIRE, 2011, p.154).

Ao refletirmos sobre estes dois aspectos, em conjunto com as questões de acessibilidade e inclusão, percebemos que o segmento de mediação da informação, conforme o conceito de Almeida Júnior (2009), ao englobar e ter como base a apropriação e a interferência, que se dá em diversos âmbitos (do usuário, do profissional da informação, do suporte informacional, do produtor da informação, das mídias, dos meios, dos equipamentos informacionais, etc) é o constructo ideal para as ações referentes à responsabilidade social do profissional frente aos temas até aqui constituídos, e com isso contribuir para que a pessoa com deficiência tenha

acesso a informação e subsídios para a tomada de decisão e para se tornarem mais críticos e transformadores da sua realidade.

Para que isso aconteça, o profissional deve conhecer tantos os aspectos da mediação, quanto o reconhecimento das diferenças. O profissional da informação deve saber o seu papel transformador dentro de sua unidade de informação e comunidade usuária, reconhecendo as diversidades funcionais de seu público; sendo responsável pelo trabalho de sensibilização contínuo e projetos por meio dos quais capacite sua equipe e promova para todos conhecimento suficiente para lidar com as questões das deficiências e diferenças sendo flexível e atendendo as necessidades de mudança, estando preparado e apto para o uso e implantação de tecnologias assistivas; e, principalmente, esteja apto para lutar e exigir que a sua instituição atenda aos dispositivos legais, promova a equiparação de oportunidades, a interação entre pessoas com e sem deficiências, tornando a inclusão e a acessibilidade uma responsabilidade social sua, de cada um e de todos coletivamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa proposta apostamos na mediação da informação e em sua ação na amplitude do fazer do profissional da informação como a promotora da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência no âmbito das unidades de informação e, deste modo, na promoção e reconhecimento político das diferenças.

Consideramos que a apropriação e a não neutralidade, ou seja a interferência, que cerca o fazer biblioteconômico, como postulado no conceito de mediação da informação, são as bases para a responsabilidade social do profissional da informação para promover o acesso a informação que pode contribuir para o crescimento, desenvolvimento, criticidade e tomada de decisão de pessoas com deficiência.

O estudo atual é apenas uma primeira consideração, sendo necessárias melhores reflexões e práticas. Mas consideramos que o conhecimento das postulações descritas já seja o primeiro passo para que o profissional da informação tenha cada vez mais consciência do seu importante papel como transformador no cenário sociocultural, de sua ação como democratizador efetivo da informação e principalmente na sua atuação no reconhecimento político das diferenças

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. C. A Ciência da Informação e a sociedade brasileira: algumas representações de pesquisadores da área. *Transinformação*, Campinas, v.18, n.3, p.169-180, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=179>>. Acesso em: 25 out. 2008.
- ALMEIDA, M. A. de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, João Pessoa, v.1, n.1, p.1-23, 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/6>>. Acesso em: 28 out. 2012.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Revista Brasileira de Ciência da Informação*, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/17>>. Acesso em: 25 nov. 2012.
- _____. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação*. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. p. 41-54.
- BATTISTI, C. M. Da segregação à inclusão: evolução do conceito de inclusão. *Ágora- Revista Eletrônica*, Cerro Grande, n. 11, dez. 2010. Disponível em: <http://www.ceedo.com.br/agora/agora11/CleusaMolinariBattisti_inclus%E3ododeficiente_Desafioseoportunidades.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2012.
- BRUMER, A.; PAVEL, K.; MOCELIN, G. D. Saindo da “escuridão”: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p.300-327, jan./jun. 2004.
- BICHERI, A. L. A. de O. *A mediação do profissional bibliotecário na pesquisa escolar face a crescente virtualização da informação*. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.
- DAVALON, J. La médiation: la communication en process. *Médiations & Médiateurs*, Paris, n.19, p.37-59, 2003. Tradução de Maria Rosário Saraiva. Revisão de Maria Rosário Saraiva e Helena Santos.
- FARIAS, M. G. G.; FREIRE, I. M. Responsabilidade social da CI na inclusão de comunidades na sociedade da informação. *Revista EDICIC*, Marília, v. 1, n. 1, p. 148-167, jan./mar. 2011.
- FERNANDES, I. Relações sociais no convívio com as diferenças e deficiências numa perspectiva histórica. In: LIPPO, H. (Org.). *Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças*. Canoas: Ed. ULBRA, 2012. p. 17-30.

FREIRE, I. M. *A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico*. 2001. 166f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Instituto Brasileiro de Ciência de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

LIPPO, H. Para um conceito de acessibilidade. In: LIPPO, H. (Org.). *Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças*. Canoas: Ed. ULBRA, 2012a. p. 75-85.

_____. Terminologia acerca das pessoas com deficiência. In: LIPPO, H. (Org.). *Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças*. Canoas: Ed. ULBRA, 2012b. p. 56-73.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. *Declaração dos direitos das pessoas deficientes*. 1975. Disponível em:
<<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/deficiente/lex61.htm>>. Acesso em: 15 maio 2011.

PUPO, D. T. Acessibilidade e inclusão: o que isso tem a ver com os bibliotecários? In: PUPO, D. T.; MELO, A. M.; PÉREZ FERRÉS, S. *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008. p.18-23.

PALACIOS, A., ROMANACH, J. *El modelo de la diversidad: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional*. Vedra: Ediciones Diversitas, 2006.

SANCHES, G. A. R.; RIO, S. F. do. Mediação da informação no fazer bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v.1, n.2, p.103-121, jul./dez. 2010.

SCHNEIDER, L. A. Acessibilidade e políticas públicas In: LIPPO, H. (Org.). *Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças*. Canoas: Ed. ULBRA, 2012b. p. 87-97.

SUAIDEN, E. J. A dimensão social do conhecimento. *Scire: representación y organización del conocimiento*, Zaragoza, v. 13, n. 1, p. 21-31, 2007. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/17573/>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; ALVES, J. B. M. A acessibilidade à informação no espaço digital. *Ciência da Informação*, Brasília, v.31, n.3, set./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=186&layout=abstract>>. Acesso em: 03 set. 2011.